

Farsul inicia debate sobre recursos hídricos

A preocupação dos produtores com as questões ambientais foi a tônica do seminário O Uso da Água na Agricultura, realizado no início de julho, no auditório da Farsul, em Porto Alegre. O evento contou com a participação de dirigentes da Farsul, Ministério Público e Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), que debateram aspectos jurídicos; causas, consequências e alternativas para o uso da água e otimização dos recursos ambientais. A intenção, a partir de agora, é levar as discussões para o interior, em seminários regionais, ao longo do segundo semestre.

Gedeão Pereira, vice-presidente da Farsul, afirmou que há tendência de atribuir-se ao produtor rural todos os problemas no meio ambiente. “Temos a tendência de sempre culpar os mais fracos, mas eu duvido que os maiores poluidores não se-

jam as grandes cidades”, disse. Para ele, é necessário debater o tema partindo do princípio de que o produtor é um “guardião da natureza”. Lembrou que, na Metade Sul do Estado, os agropecuaristas foram os responsáveis pela construção de açudes para armazenar água ao longo do inverno, minimizando os efeitos da estiagem no verão. No entanto, no Norte acontece o contrário, e os produtores acabam perdendo grande parte da safra de verão. “Temos que aumentar os recursos hídricos, porque a riqueza deste país se origina no campo.”

O secretário estadual do Meio Ambiente, Cláudio Dilda, destacou está se chegando à maturidade nas questões ambientais. Um exemplo claro disso, mencionou, são os participantes do evento, onde estiveram representados os produtores, os órgãos licenciadores, o



Roberto Bandeira Pereira, Gedeão Pereira e Cláudio Dilda

Ministério Público, entre outros envolvidos na questão. “O processo já não passa pela busca de culpados. De nada adianta políticas públicas se houver desobediência civil”, comentou. Acrescentou que o bem água não pode estar balizado pela vontade dos indivíduos. “Aprendemos que, cada um puxando para um lado, os resultados demoram mais a aparecer. Juntos, podemos achar uma solução mais conveniente

para todos”, disse o secretário. Concordou com Gedeão Pereira quanto à poluição ocasionada pelas cidades e informou que menos de 20% do esgoto gerado no Estado é tratado. “É evidente que nossos recursos hídricos passam a ser escoadouros de nossos subprodutos.”

O procurador-geral de Justiça, Roberto Bandeira Pereira, disse que é extremamente necessária a maturidade para debater esta questão. Destacou a

criação do Programa Estadual de Preservação dos Recursos Hídricos, em que se busca a integração e o diálogo entre os mais diferentes segmentos envolvidos no tema. “É importante que este diálogo ocorra primeiro na casa dos produtores, na Farsul. Estamos aqui para buscar um ponto comum entre os interesses dos produtores e dos consumidores”, comentou. O deputado estadual Frederico Antunes destacou que o homem rural tem buscado novas práticas de produção, em busca da preservação do meio ambiente. O deputado disse que 40% dos municípios sequer têm coleta de resíduos sólidos. “Se alguém quiser dizer que a degradação do Rio Gravataí vem da zona rural, tem que provar. Cerca de 90% da degradação do rio vem das zonas urbanas. Se formos lá, vamos ver o lixo entulhando os mananciais”, concluiu.

Produtor pode renegociar dívidas com fornecedores

O presidente da Farsul e da Comissão Nacional de Crédito Rural da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Carlos Sperotto, participou de reunião com a diretoria do Banco do Brasil (BB), no dia 19 de junho, em Brasília, para tratar da implantação das medidas de apoio à agricultura anunciadas pelo governo em maio. Estavam presentes o presidente do BB, Rossano Maranhão Pinto; o vice-presidente de

Agronegócios e Governo, Ricardo Alves Conceição; o diretor de Agronegócios, Dercy Alcântara, e o vice-presidente da Federação de Agricultura de Goiás, José Mário Schreiner. As medidas configuram-se em uma oportunidade para o produtor renegociar dívidas junto aos fornecedores, considerando a possibilidade de liquidação dos valores mediante o financiamento com recursos do FAT. O BB acolheu as seguintes propostas formula-

das pela CNA:

a) Preferência de atendimento na prorrogação das parcelas com taxas de juros controladas (8,75%aa) tornando-se mais vantajoso para o produtor. Os pagamentos mínimos serão usados para amortizar dívidas de custeio com taxas mais altas.

b) Os novos custeios serão contratados, na plenitude de seus limites, com taxas de juros de 8,75%aa. Não serão mais praticadas as tablitas e mix de taxas

de juros nas operações de custeio. As garantias para as novas operações de custeio deverão ser apenas penhor, conservando-se as garantias hipotecárias para lastrear as prorrogações de médio prazo.

c) Dos novos limites de custeio, recentemente aprovados pelo Banco Central, não serão deduzidos os valores de custeios prorrogados. A intenção do Banco do Brasil é de considerar as parcelas prorrogadas em um li-

mite à parte e que não comprometa a tomada de novos recursos.

d) As operações cujas parcelas forem prorrogadas serão consideradas em condição de normalidade, não prejudicando desta maneira a classificação de risco do produtor.

e) O BB buscará conceder financiamento direto ao produtor com recursos da linha de crédito FAT Giro para liquidar compromissos junto aos fornecedores.

Qualidade e tecnologia para o melhor desempenho



Plainas Niveladoras Robust

Um projeto pioneiro de lâminas que aplaina diretamente o solo sem necessidade de preparo prévio. Seis modelos que se adequam a qualquer potência de trator.



Taipadeira Base Larga

Para taipas suaves e sem leveiros. Rolo com perfil alongado e arredondado que permite a passagem do trator e da plantadeira, sem prejuízos ao plantio.



Caçamba Scraper

Indicada para serviços de terraplanagem do solo como na construção de aterros, barragens, estradas, canais para irrigação e também na aproximação de terra para sistematizar várzeas.

(55) 3222 7710 / 3214 2300

Entre em contato conosco - agrimec@terra.com.br

Uma garantia para quem vive da terra.

Distrito Industrial - Santa Maria - RS - CEP 97030-440

